

Ata de Assembleia de Freguesia

Reunião Extraordinária

Ano 2024

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da Junta de Freguesia de Febres, sob a presidência da Presidente da Assembleia, Aldina Duarte, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, na ausência de Gina Ramos que foi substituída em bancada por Paulo Magalhães.-----

Ordem do dia:-----

1. Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024;-----

A reunião iniciou-se com objetivo único, cumprimento do **Ponto Único da Ordem de Trabalhos**. Nesse sentido, a **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao executivo da Junta:-----

Paulo Pessoa, iniciou a sua intervenção efetuando um pequeno enquadramento da situação, dizendo que o orçamento na última Assembleia não obteve aprovação e posteriormente a bancada do PSD fez chegar um conjunto de questões para esclarecimento, que entendiam ser essenciais para uma possível aprovação do mesmo. Nesse âmbito e no espírito de esclarecimento foi promovida uma reunião com os representantes dos partidos na Assembleia, onde se efetuou o esclarecimento relativo às questões colocadas. Esta reunião decorreu com toda a normalidade, tendo-se efetuado todos os esclarecimentos, ainda assim, a bancada do PSD fez chegar um novo conjunto de questões/considerações adicionais. Assim, prestou mais alguns esclarecimentos que considera possíveis para desbloquear toda esta situação. Assim:-----

- Sobre o **Protocolo com o Hospital** - já ficou esclarecido na reunião com os partidos;-----
- Sobre a questão do **Museu do Ouro e da Relojoaria**: constatou-se e assume-se essa situação, pois houve um lapso no carregamento do orçamento, verificando-se que este valor já vinha errado desde os orçamentos do anterior executivo. Ou seja, inicialmente foi definido um valor orçamentado para a obra de 256000 euros e foi esse valor que foi introduzido em orçamento na altura, no entanto, posteriormente, a Câmara aprovou uma verba de 284605.62 euros e foi esse valor que ficou, tendo sido realizadas algumas obras em que numa primeira fase se gastou cerca de 50000 euros, numa segunda fase gastou-se cerca de 17000 euros, o que daria efetivamente os 216000 euros. Portanto, basicamente o erro advém do carregamento inicial

ter sido errado, partindo dos 256000 euros e não dos 284605.62 euros. Assim, no orçamento tinham sido colocados 162000 euros quando, usando o valor inicial e descarregando os gastos, se obtém um valor de 216000 euros. Isto não foi feito com qualquer intenção, foi mesmo um lapso, até porque já vem de relatórios e aprovações de contas por parte até de pessoas que pertencem a esta Assembleia e nunca se detectou esta anomalia. De qualquer forma, o lapso já foi corrigido, tendo-se colocado o valor correto, 216132.92 euros e é o valor disponível para se terminar o museu. Adiantou também que já foi feita a adjudicação para fazer a cobertura e que estará para breve o seu início.-----

- Em relação aos **gastos com os Espaços Verdes**, julga que a forma como foi apresentado levantou alguma confusão, tendo-se clarificado que existem dois valores distintos: um de delegação de competências que vem já da DGAL e sempre veio, mas depois a Câmara juntou ali um valor e falou-se em cinquenta e tal mil euros para *Espaços Verdes*, mas não é efetivamente esse valor, são 26000 euros, pois os 24000 euros sempre foram transferidos pela DGAL e assim vai continuar a ser. Esta rubrica dos *Espaços Verdes* foi desdobrada e de facto em Parques e Jardins só aparecem os 15000 euros o que suscitou algumas dúvidas, nomeadamente se a Câmara transfere 26000 euros para os *Espaços Verdes* porque é que só são colocados 15000 euros nos Parques e Jardins. Isto resume-se a uma questão meramente contabilística, nomeadamente, com a categorização e classificação dos gastos que são feitos. Por exemplo a 16-08-2023 já se tinha efetuado toda a despesa 24728 euros relativa a espaços verdes, ou seja, o valor transferido pela Câmara é insuficiente para cobrir esta rubrica. Mas existem várias rubricas nas despesas, aceites para *Espaços Verdes*, todas assentes nos Parques e Jardins, só que divididas por várias rubricas as quais são até utilizadas pela CM. Até porque todos os gastos são justificados pela Junta à Câmara por faturas com o que é autorizado e se existisse alguma desconformidade ter-se-ia identificado. Assim, tal como está autorizado, temos a exemplo estas rubricas: 020 201 - encargos das instalações, consumo de água; 070 30 305 - parques e jardins (onde vão cair gastos de jardineiros, fertilizante, plantas, criação de espaços verdes, arranjos diversos, fugas de água); 020 117 - ferramentas e utensílios e na conta 020 10 201 - gasolina. Porque manter um espaço verde implica um conjunto de instrumentos de cariz material mas também humano.-----


- O que se tem feito é uma catalogação por centro de custos, referenciando por exemplo quais os custos para a manutenção da Lagoa dos Coadiçais, porque se se colocar tudo na mesma conta depois não se obtém esta perspetiva;-----
- Dentro da rubrica 020 201 - encargos das instalações, existem despesas com vários centros de custo: por exemplo a fatura da INOVA de consumo de água entra nesta rubrica, mas, se for um jardim vai para o centro de custo *Jardins* mas se for água

consumida na Casa Carlos de Oliveira vai para o centro de custos *Casa Carlos de Oliveira*. Ou seja, dentro da mesma conta existem dois centros de custo: *Jardins* e *Casa Carlos de Oliveira*;-----

- Em 2023 acabou por se gastar em *Espaços Verdes* 24728.4 Euros mais 11000 euros para depois despesas de capital, o que deu os 36000 euros, portanto superior ao que foi transferido;-----
- O que se depreende das dúvidas colocadas pelo PSD é que não compreendem que só se tenha colocado 15000 euros quando foram transferidos os valores citados anteriormente e ainda por cima têm uma classificação baixa nos *Jardins*;-----
- Sobre essa classificação, que até se constatou não ser assim tão má, quando comparada com as das outras freguesias e refere-se a um local em particular, a Sr^a Presidente da Junta poderá explicar melhor;-----
- Em relação aos valores reforçou que pensa tratar-se apenas de uma questão contabilística que, em vez de os valores estarem concentrados numa única rubrica estão distribuídos por várias rubricas. No entanto, os valores são todos gastos em *Espaços Verdes*.-----

Tomou a palavra a Sr^a **Presidente da Junta de Freguesia**, para esclarecer acerca da situação de Classificação dos Jardins, em que se obteve uma má classificação. Assim informou que no final do ano 2023 a CMC elaborou um relatório de todos os *Espaços Verdes* do município e efetuou classificações, relatório este que foi apresentado em Assembleia Municipal, onde teve conhecimento do mesmo, a 15 de Dezembro de 2023. Após a sua análise e pedidos de esclarecimentos que efetuou Câmara e indo de encontro à questão colocada pelo PSD acerca do 25% dos *Espaços Verdes* da freguesia que não possuem manutenção, tem a esclarecer do seguinte:-----

- Existem 75% de *Espaços Verdes* que têm uma classificação boa e excelente, acima da obtida nas 14 freguesias do município;-----
- No referido relatório, página 7, Figura 1 apresenta-se a fotografia da área conotada com “manutenção existente”. A figura representa o Parque de Merendas do Sanhal. Ora, este parque, aquando da tomada de posse deste executivo encontrava-se exatamente nesta condição. No entanto, o mesmo já aqui foi referido como um elemento a considerar para melhor tratamento. Inclusive, mesmo antes deste relatório, o mesmo sofreu uma limpeza e foram removidas as 4 mesas degradadas que lá se encontravam, portanto, à data de conhecimento deste relatório, já a situação estava em melhores condições. Neste momento, já existem mesas novas para substituir as anteriores e pretende-se dar continuidade à sua requalificação;-----

- 
- Em relação à área dos *Espaços Verdes*, existem vários fatores para que a mesma tenha reduzido, sem que na realidade se tenha reduzido a mesma, nomeadamente:-----
 - cálculo aprimorado das áreas das rotundas e do Largo pela Câmara, que trouxe alguns desfasamentos em relação aos anteriores e que são hoje mais reais;-----
 - substituição de áreas verdes por outros espaços em duas situações: na construção do parque Infantil na Lagoa dos Coadiçais e transformação do Parque da Chorosa por um Parque Geriátrico.-----

Resumindo, a **Srª Presidente da Junta** demonstrou as razões das classificações obtidas em relatório, sem que das mesmas tenha efetivamente diminuído a área dos *Espaços Verdes*. Ainda assim, pretende-se dar continuidade aos trabalhos que contribuam para a melhoria dos mesmos.-----

- Retomou a palavra o **tesoureiro, Paulo Pessoa**, clarificando que, é do conhecimento de todos que o orçamento não possui grande margem de manobra, pois, do seu valor total (500000 €) tem de se considerar que 200000 € dizem respeito ao Museu do Ouro e da Relojoaria e 100000 € são despesas com pessoal, 120000 € de despesa corrente da gestão diária da Junta de Freguesia e o que sobra são 100000 € ou menos para outros investimentos, em que 50000 € são normalmente gastos com arruamentos. Só no ano anterior gastaram-se 36000 €, claro que com a delegação de competências associam-se mais despesas. Chamou a atenção que em termos de aquilo que é a receita e a despesa registou-se, expurgando o Museu: em 2019 uma execução de receita de 75% de execução de despesa de 73%; em 2020 uma execução de receita de 87% de execução de despesa de 68%; em 2021 (quando este executivo tomou posse) uma execução de receita de 84% de execução de despesa de 77% em 2022 uma execução de receita de 96% de execução de despesa de 77% e em 2023 uma execução de receita de 97% de execução de despesa de 85%. Portanto, nos últimos 5 anos nunca se fez uma taxa de execução da receita tão alta, nem ao nível da despesa e isto conseguindo um saldo de gerência de 65000 euros. Logo, se há coisa que este executivo não se tem inibido é de conseguir executar receita e despesa, o que também é importante e traduzir o desempenho do atual executivo.-----
- Sobre a questão das **Associações**, sendo o mais transparente possível, **Paulo Pessoa** reforçou que foi sempre apanágio deste executivo estar sempre do lado das Associações. Mesmo com a aprovação, respetiva publicação do novo regimento em Diário da República e sua implementação. O único objetivo foi clarificar o modo como são atribuídas as verbas, sendo que, o principal é ajudar as Associações. Sendo evidente, que não se pode dar aquilo que não se pode ou não se tem. Existe uma rubrica no orçamento, para as Associações sem fins lucrativos, que realmente se tem mantido nos 12500 euros, e dentro dessa rubrica, além dos valores transferidos para as Associações, (entregues no Dia da Freguesia, sendo pública),

temos também os apoios às Associações quer por via de atividades realizadas em parceria (como o Folk) que também aí cai nessa rubrica. Clarificar que, para além dos valores atribuídos, a Junta de forma esporádica e quando solicitada apoia e apoiará todas as Associações. A título de exemplo, forneceram-se lanches aos 600 miúdos presentes no torneio do FSC, forneceram-se medalhas para o Atletismo. Analisando a rubrica 020 115 - *prémios, condecorações e ofertas*, no ano anterior gastou-se 3000 euros. Portanto efetivamente o valor pode ser de facto o mesmo, mas depois acaba-se por ajudar ainda mais as Associações usando verbas de outras rubricas. Acredita-se que não haverá Associações que possam dizer que após pedido de ajuda à Junta a mesma tenha recusado. A Junta sabe dos gastos e das necessidades das Associações, pretende fazer o apoio necessário mas elas também têm que fazer o seu trabalho, não podendo estar só à espera que a Junta resolva todos os seus problemas. Sobre o valor atribuído (12500 euros) para as Associações, que não é tão pouco como isso, uma vez que corresponde a 10% da despesa, se não existia uma concordância com o mesmo pois é da opinião que essa questão deveria ter sido proposta como entendessem e teria sido analisado. De qualquer forma, o orçamento é previsional, não é fechado, tem revisões e pode, em caso de necessidade extraordinária ser reformulado e até se pode acrescentar valor a esta rubrica. Fica portanto a abertura por parte deste executivo, para se reformular este valor. O apanágio deste executivo é estar do lado da solução e não do problema. Portanto se alguém nesta assembleia propôr alterar o valor e for aprovado, pois não se fará qualquer entrave a essa situação, este executivo só pretende que o orçamento avance e se possa dar continuidade às obras estagnadas devido a esta situação.-----

- **António Silva, da Bancada do PS**, interveio referenciando que este orçamento de 554000 euros para a freguesia, retirando os valores do Museu e da despesa com pessoal e outros valores de despesas efetivas fica com uns mínimos 100000 euros para as despesas que a freguesia tem, o que não chega para coisa alguma. É pouco, mas é o que existe e nesse sentido, pensa que se deve desbloquear esta situação e avançar, porque sem aprovação então é que nem este valor existirá e a freguesia ficará estagnada. Nesse sentido, solicitou a todos que pensem neste facto no momento de votação. -----
- **Aldina Duarte, pelo PSD**, agradeceu os esclarecimentos, cujo pedido foi do entendimento da bancada do PSD, dado que existiam algumas incongruências, que não estavam bem explanadas ou bem expressas naquilo que se entendia que deviam estar. Quando manifestamente se diz que se vai dar um aumento no apoio às Associações, prevê-se que esteja refletido o aumento do valor na respectiva rubrica. A diferença de valores identificada para o Museu do Ouro e da Relojoaria, mesmo vindo de trás, de algum ponto, teria de partir certa e ser corrigida. Foram ouvidos todos os esclarecimentos que entendeu o executivo



prestar. Outras matérias foram abordadas previamente na reunião com os representantes dos partidos na Assembleia, tendo existido situações que ficaram esclarecidas, outras porém não ficaram. Continua a afirmar que o único interesse é o da freguesia. Se existem situações que não são claras, pedem esclarecimentos e atua-se com base naquilo que lhes parece mais correto, não sendo para prejudicar alguém, é apenas o resultado daquilo que a postura lhes diz para fazer. -----

A **Presidente da Assembleia**, não existindo intenções de intervenção, levou à votação as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, tendo sido aprovada por maioria, com 4 votos a favor (PS) e 5 abstenções (PSD e CH).**-----

A **Bancada do PSD**, apresentou uma declaração de voto, lida por **Aldina Duarte**, e que se passa a transcrever na íntegra: *“Os eleitos pelo PSD na Assembleia de Freguesia de Febres pautam a sua atuação pelo exercício de uma oposição construtiva e na defesa dos interesses da freguesia. O chumbo da primeira proposta de Orçamento resultou da conjugação da posição de diversas forças políticas (o PSD nada decide sozinho porque nem sequer detém a maioria dos eleitos) e das relevantes imprecisões técnicas e políticas do documento apresentado. Verificamos que o executivo assumiu e procurou corrigir parte dos seus erros, assim respondendo a algumas das falhas apontadas pelo PSD, como é exemplo, a publicação no Diário da República de regulamentos que enquadram a execução orçamental. Da mesma maneira, a Junta recolheu informação adicional e prestou justificações para outras questões, respondendo às preocupações suscitadas pelo PSD. Foi uma forma de reconhecerem que havia muito a explicar e, mesmo que não concordemos com toda a fundamentação apresentada, fizemos o nosso papel e alertámos para incoerências, como no caso das verbas destinadas a espaços verdes. Há questões que continuam sem resposta e resultam das opções políticas deste executivo e da sua Presidente, como o apoio às associações, cuja rubrica continua com um valor inferior à despesa registada em anos anteriores e com um peso percentual cada vez menor. Ainda assim, depois de muita insistência por parte dos eleitos do PSD, o erro mais grosseiro foi corrigido: as verbas previstas para o Museu do Ouro e da Relojoaria! O orçamento para o que ainda falta desta obra, passou de 162 para 216 mil euros, daí se podendo retirar várias conclusões: A Sr.ª Presidente, Raquel Grilo, é a grande responsável pelo erro porque foi ela que, em órgãos diferentes, aprovou e apresentou valores distintos; Com tudo isto, na versão inicial do orçamento apresentado pela Junta faltavam 53.000 €, ou seja, a Junta “esqueceu-se” de 10% do orçamento; Ao contrário do que tem sido afirmado, se a junta não terminar a obra, apenas se pode queixar de si própria, porque se propunha terminar o Museu com 162 mil euros, muito mais facilmente o concluirá com 216 mil; Também não se podem queixar de falta de apoio da Câmara, porque como agora se comprova, o valor que têm a receber é muito superior aos valores que foram sendo referidos pela Sr.ª Presidente. Esta era a nossa linha vermelha e foi corrigida. Mas nem por isso estamos satisfeitos, porque um novo orçamento podia ter sido*

encarado como uma oportunidade de melhoria geral, mas o Museu foi a única coisa que foi alterada. Como esta Junta nos vem habituando, trataram de tudo pela “rama” e aos erros iniciais, somam-se agora vários outros. Apesar de algumas menções vagas na ata da reunião da Junta, estranhámos que apenas os valores tenham sido alterados, mas os textos do Plano de Atividades e Orçamento permanecem exatamente iguais aos que foram apresentados em dezembro, como se nada se tivesse passado. Não se trata de um preciosismo da nossa parte, mas apresentam-nos um documento como se a Junta tivesse feito tudo bem à primeira, quando há factos que deviam constar para conhecimento das entidades com competências de apreciação e fiscalização nesta matéria (DGAL, Tribunal de Contas, INE). Em última instância, estas falhas podem justificar pedidos de esclarecimento e até eventuais coimas, e damos alguns exemplos: Não há uma única referência que enquadre o chumbo do primeiro orçamento, as propostas então apresentadas ou as alterações introduzidas entre ambos os documentos; Não há uma frase que justifique a apresentação tardia destes documentos, em fevereiro de 2024, quando em condições normais seriam aprovados em dezembro de 2023; Surge a designação “Orçamento Retificado - 1ª Revisão”, mas não uma linha que justifique que estavam a governar em duodécimos, sobre as razões para isso ou sobre a necessidade de uma primeira revisão! Nem sequer as citações da Lei foram alteradas de maneira a incluir ou realçar as disposições legais que dão cobertura a este processo. Por outro lado, no quadro do Plano Plurianual de Investimentos, as estimativas dos investimentos realizados em 2023 estão todas a “zero”. Em dezembro isto era aceitável, porque os dados podiam não estar disponíveis, mas nesta fase é totalmente inaceitável, porque os dados estão disponíveis e a Junta está prestes a apresentar as Contas do ano anterior. Ou a Junta não realizou nenhum dos investimentos previstos para o 2023 (que ascendiam a 250 mil euros) ou não se dignou incluir os dados, apresentando um documento incompleto. Destacamos ainda que é totalmente falso e inaceitável que continue a constar que a bancada do PSD “não propôs nenhuma medida”, no âmbito da Lei 24/98 (Estatuto do Direito de Oposição). Por um lado, este Orçamento não pode ser tratado como se fosse o Orçamento de dezembro e, por outro, são tão válidas as propostas orçamentais, como as propostas de atividades. Os eleitos do PSD fizeram propostas verbalmente na Assembleia de Freguesia, depois por escrito na declaração de voto do orçamento que foi reprovado, verbalmente numa reunião convocada pela Junta para debate de ideias e, de novo, por escrito através de e-mail. A apresentação de propostas está comprovada documentalmente e a alteração de valores do Museu resulta precisamente de uma proposta desta bancada. Ao dizer que o PSD nada propôs, só falta a Junta dizer que não houve chumbo em dezembro e que a correção de erros e apresentação de um novo orçamento foi uma iniciativa voluntária. Pelo exposto, os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Febres, entendem que fizeram o possível para melhorar a vida dos fregueses e para ter um Orçamento com mais qualidade, mais próximo da realidade e que melhor fosse de encontro às necessidades da população. A Junta apenas corrigiu o básico, apresentando um documento que

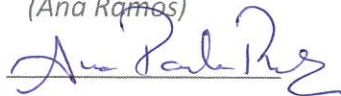
AM
técnica e politicamente é de mínimos. Não queremos ser uma força de bloqueio, mas também não podemos compactuar com esta falta de ambição, pelo que nos abstermos quanto à proposta de Plano de Atividades e Orçamento que nos foi apresentada.”-----

Ana Ramos, pelo CHEGA, apresentou uma declaração de voto que se passa a transcrever na íntegra: “O voto do partido CHEGA à presente versão do Orçamento e Opções do Grande Plano para 2024 decorre de uma exaustiva reflexão sobre alguns aspetos que importa enunciar: 1.º - na elaboração da primeira versão houve diálogo entre o executivo e a minha pessoa sobre o direito de oposição apresentado; 2.º - após a primeira votação, tendo sido referenciadas algumas dúvidas e lapsos pela oposição, nomeadamente PSD, sobre o referido documento, o executivo da Junta manifestou interesse em dialogar e retificar as imprecisões detectadas bem como esclarecer todas as dúvidas apresentadas, em reunião com os líderes partidários. Nesse sentido e, muito embora não se reconheça este documento como o mais favorável, após ponderação, em prol de se evitar uma ação de bloqueio à normal ação da Junta de Freguesia, para garantir todas as operações de tesouraria, não colocando em causa a dinâmica da freguesia que pudesse causar constrangimentos de maior a todos os seus cidadãos. Assim, numa atitude de maior responsabilidade pelos cidadãos que represento, para não causar entraves nem situações desnecessárias ao normal funcionamento dos processos institucionais da freguesia, optou-se pelo voto de abstenção que garanta maior tranquilidade e exequibilidade, assegurando que a Junta irá cumprir os seus compromissos o que se considera ser o melhor, dentro do possível, para todos os cidadãos e para a nossa freguesia.”-----

Não existindo intenções de intervenção por parte do público e nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por mim, que a secretariei e pela Presidente da Assembleia, que a presidiu.-----

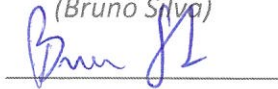
A 1.ª Secretária:

(Ana Ramos)



O 2.º Secretário:

(Bruno Silva)



A Presidente da Assembleia:

(Aldina Duarte)

